

O léxico na economia da língua*

Margarira Correia

Resumo

A economia é frequentemente referida como um dos princípios basilares das línguas naturais. Porém, a economia é, em geral, apenas associada às componentes fonológica e sintáctica do conhecimento linguístico. O léxico, ao ser geralmente entendido como listagem das palavras de uma língua associadas às suas características idiossincráticas, parece contrariar este princípio. Porém, o léxico possui também mecanismos que permitem tornar as línguas naturais sistemas de comunicação extremamente económicos. Apresentar-se-ão sumariamente alguns desses mecanismos, nomeadamente a eliminação de informação redundante, as relações morfológicas entre palavras e a extensão do poder denominativo de cada unidade lexical. Será retomada a idéia de que a polissemia contribui decisivamente para a economia do léxico, e referir-se-á o papel da polirreferência, explicitando-se a distinção entre estes dois conceitos. Procurar-se-á ilustrar como essa contribuição se processa, tomando-se como exemplos dados do léxico da língua portuguesa, bem como da língua gestual portuguesa.

Palavras-chave

Léxico; Economia da língua; Formação de palavras; Mecanismos de gestão e geração de significado lexical.

1

É frequente afirmar-se que as línguas naturais se regem pelo princípio da **economia**, a propósito de fenômenos diversos. Sumariamente, poderemos dizer que a economia se traduz em dois aspectos fundamentais:

– o facto de, através de um sistema relativamente delimitado em termos de unidades operatórias e de regras de funcionamento, os falantes de uma língua serem capazes de falar de todos os aspectos da realidade que os rodeia, realidade factual ou ficcional, concreta ou abstracta;

– o facto de qualquer língua tender para a simplificação, pela eliminação de toda e qualquer informação que possa ser tida como redundante. Este aspecto prende-se com o chamado

princípio do menor esforço.

O conhecimento linguístico é composto por diversas componentes que, interligadas, permitem ao falante produzir e compreender enunciados na sua língua. Assim, é frequente distinguirem-se os seguintes tipos de conhecimento:

– **conhecimento fonológico** – os sons que constituem fonemas da língua, bem como os tipos de sequências de sons permitidos no seu seio e ainda as regras que determinam as variações que esses sons sofrem em virtude do contexto em que se apresentam as regras fonológicas;

*Uma primeira versão deste texto foi apresentada nos Estudos Gerais Livres, na Reitoria da Universidade de Lisboa, a 2 de maio de 1995.

– **conhecimento morfológico** – o inventário dos morfemas da língua, bem como as regras que permitem combinar esses morfemas às palavras de modo a obter informação relativa a número, género, pessoa etc., isto é, as regras flexionais da língua, bem como pelas regras que permitem combinar morfemas presos a palavras existentes ou combinar palavras entre si para dar origem a novas palavras, as regras derivacionais ou Regras de Formação de Palavras (RFP)*;

– **conhecimento sintáctico** – constituído pelas regras que permitem combinar as palavras das várias categorias de modo a produzir frases gramaticais, bem como reconhecer sequências agramaticais e corrigi-las.

Todos os tipos de conhecimento anteriormente referidos têm em comum a particularidade de serem relativamente restritos do ponto de vista do conteúdo e de serem claramente regulares. Por outras palavras, os fonemas e as regras fonológicas de uma língua são em número relativamente pequeno; os afixos (flexionais e derivacionais) de uma língua constituem séries praticamente fechadas e as regras morfológicas são também em número limitado; finalmente, o número de regras sintácticas de uma língua é também relativamente limitado.

É sobretudo ao nível das componentes atrás mencionadas que se tornam mais evidentes as propriedades gerais da linguagem que contribuem para o princípio de economia da língua, a saber:

– **o carácter discreto** – as unidades do sistema, em particular as suas unidades fonológicas, constituem-se por oposições contrastivas em pares mínimos – em que a substituição de uma unidade por outra altera o sentido global da palavra**;

– **a criatividade** – o facto de o conhecimento da língua implicar o ser capaz de produzir frases nunca antes ditas e compreender frases nunca antes ouvidas;

– **a recursividade** – a partir de um número limitado de fonemas e de regras de combinação desses fonemas é possível criar uma infinidade de sequências distintas; a partir de um número limitado de regras sintácticas é possível criar um número ilimitado de frases.

* Sem querer entrar na questão de saber o que é uma 'palavra', uso neste contexto o termo como significando 'palavra lexical', isto é, portadora de significado lexical e categorizável numa das categorias maiores da gramática (substantivo, adjectivo, verbo ou advérbio). As palavras podem ser 'autónomas' (quando podem ocorrer isoladamente numa estrutura sintáctica — ex.: *casa, comer, simples*) ou 'não-autónomas' (quando apenas podem ocorrer associadas a outras palavras ou a afixos derivacionais — ex.: *agro-, -logo, lun-*).

** Por exemplo, no par mínimo *pata / bata*, a substituição de um segmento na mesma posição implicou a alteração do sentido da palavra — donde se pode concluir que *p* e *b* são fonemas do português, isto é, são unidades mínimas com carácter discreto ou contrastivo.

De resto, Martinet¹, autor que explicitamente aborda a questão da economia dos sistemas linguísticos, foca precisamente o facto de a dupla articulação da linguagem* contribuir para essa economia, referindo: «Só a economia resultante das duas articulações permite obter um instrumento de comunicação de emprego geral, graças ao qual se pode transmitir tanta informação por tão baixo preço.» (Martinet (1963:14)¹).

Também Miller² chama a atenção para a grande economia que resulta da segunda articulação da linguagem, recorrendo a cálculos matemáticos para construir 'toy grammars' capazes de dar conta das possibilidades combinatórias dos fonemas de uma língua (Miller (1991: 22-26)²).

É muito claro, pois, que estas propriedades, em conjunto, contribuem para tornar as línguas sistemas profundamente económicos.

Mas, para além dos conhecimentos fonológico, morfológico e sintáctico, importa ainda referir os **conhecimentos pragmático** (que permite adequar os enunciados^{**} quer ao contexto situacional, quer às intenções comunicativas), **semântico** (que permite atribuir interpretações às palavras e às frases de uma língua) e o **conhecimento lexical** (das palavras da língua). Estes três tipos de conhecimento têm a particularidade de poder ser entendidos como periféricos em relação à gramática, na medida em que é sobretudo através deles que se estabelecem pontes entre aquilo a que se convencionou chamar **conhecimento estritamente linguístico** e os restantes tipos de conhecimento que os indivíduos têm do mundo onde vivem (sócio-cultural, lógico, enciclopédico, etc.).

Não é minha intenção, neste momento, discutir os constituintes e as características dos conhecimentos pragmático e semântico, pelo que me deterei apenas no conhecimento lexical.

A propriedade geral da linguagem humana que melhor se aplica ao léxico de uma língua é a **arbitrariedade**, ou seja, o facto de os signos que constituem as línguas não serem icónicos, isto é, a relação que se estabelece entre eles e as entidades da realidade que denotam ser meramente arbitrária ou convencional.

O léxico tem sido normalmente entendido como uma mera lista de unidades/palavras com as suas propriedades idiossincráticas, isto é, não previsíveis a partir de qualquer regra geral da língua. Dentro desta perspectiva, o conhecimento lexical apresentar-se-ia bastante diverso dos conhecimentos fonológico, morfológico e sintáctico (fundamentalmente constituídos por regras prontas a serem aplicadas) e relevaria quase exclusivamente da memória. Dito de outro modo, o conhecimento lexical mais não seria que a lista memorizada das palavras e das suas idiossincrasias, tornando-se o domínio privilegiado da irregularidade linguística

* A linguagem humana é duplamente articulada. «Pela primeira articulação da linguagem, as experiências a transmitir, as necessidades que se pretende revelar a outrem, analisam-se numa série de unidades, cada uma delas possuidora de uma forma vocal e de um sentido.» (Martinet (1963: 10-11)¹). A 'segunda articulação' é o modo como os vários segmentos sonoros do contínuo vocal se distinguem e articulam entre si para distinguir umas unidades lexicais de outras (Martinet (1963: 12)¹).

** Um 'enunciado' é um acontecimento datável, ligado a falante(s), ocasião e contexto particulares. Os enunciados ultrapassam os limites das gramáticas particulares, uma vez que um enunciado agramatical pode ser aceitável (entenda-se: adequado) ao contexto em que se produz. Uma 'frase' é um objecto abstracto, não ligado a nenhum contexto, falante ou situação particulares. Está ligada a uma gramática particular, no sentido em que uma frase não é gramatical por si, mas em relação às regras da gramática de uma língua. As frases são o objecto de estudo dos 'modelos de competência' do estudo da gramática (Smith & Wilson (1979: 45-49)³).

Esta visão do léxico é a que transparece em Chomsky (1965)⁴ e é perfilhada pelos seguidores da gramática generativa, quer no modelo *standard*, quer na teoria da regência e ligação (Radford (1988: 337-395)⁵).

É esta também a visão do léxico que transparece quando se opõe 'léxico' ou 'dicionário' à 'gramática', contendo esta a descrição das regras da língua, enquanto aquele contém a lista das suas palavras e respectivas características particulares.

Também os dicionários impressos (sobretudo aqueles que, por impossibilidade de concretização ou por opção, não recorrem a qualquer tipo de remissão entre artigos) deixam transparecer esta visão devido à sua apresentação em lista ordenada alfabeticamente de palavras associadas aos respectivos categoria(s), significado(s), etimologia(s), etc^{*}. Porém, uma observação mais atenta dos artigos destes dicionários mostra que muitas das regularidades do léxico, sobretudo as resultantes de mecanismos derivacionais, são aproveitadas pelos lexicógrafos na redacção das definições. Atente-se, por exemplo, nas estruturas frásicas usadas na definição de palavras com a mesma estrutura morfológica, definição sustentada na paráfrase composicional dessas palavras, tais como os nomes deverbais, normalmente definidos como «acto ou efeito de V», ou os adjectivos deverbais em *-vel* normalmente definidos como «que se pode Vb» ou «que pode ser Vbdo^{**}».

Aparentemente, então, o léxico, enquanto conjunto das palavras de uma língua, contraria o princípio da economia linguística. Miller², ao considerar a grande quantidade de conhecimento que o conhecimento de uma língua implica, expressa precisamente esta contrariedade, realçando que não são nem os sons da fala nem as regras para gerar frases gramaticais aquilo que requer maior quantidade de conhecimento: segundo este autor, é o seu vocabulário: milhares de palavras, cada uma com a sua representação sonora, a sua grafia, o seu significado, a sua função, o seu uso, a sua história (Miller (1991: 5)²).

Além disso, se atentarmos na relação entre linguagem e conhecimento do mundo, constatamos que:

- a língua permite a qualquer falante, escolarizado ou não, falar sobre qualquer aspecto da realidade;
- a cada entidade do mundo corresponde à partida uma palavra/etiqueta diferente, cuja forma é arbitrária.

Se o conhecimento lexical fosse apenas resultante de memorização de palavras, não havendo qualquer princípio de economia na sua gestão, a memória de cada falante encontrar-se-ia de tal maneira sobrecarregada que este não seria capaz de produzir enunciados à velocidade a que os produz.

Além disso, é necessário ter em conta os dois factores seguintes:

- sendo o léxico um conjunto não delimitado de unidades, cada falante domina apenas um vocabulário mais ou menos extenso, consoante o seu grau de instrução;

* Já as bases de dados lexicais informatizadas, ao tomarem por base os modelos de armazenamento na memória da informação lexical propostos pela psicolinguística, fornecem-nos uma visão do léxico completamente diferente: «o léxico é entendido como uma complexa rede de relações (morfológicas, sintagmáticas, semânticas, paradigmáticas), onde o conhecimento sobre uma unidade lexical é composto a vários níveis ou camadas.»

(Correia (no prelo)⁶).

** "Vb" representa o verbo de base destes derivados; "Vbdo" representa a forma de participio desse verbo. Ex.: **utilização**: "acto ou efeito de utilizar"; **utilizável**: "que se pode utilizar / que pode ser utilizado".

- porém, por muito reduzido que esse vocabulário seja em termos numéricos, qualquer indivíduo é capaz de falar sobre qualquer aspecto da realidade, concreto ou abstracto, real ou ficcional.

Estas duas particularidades do conhecimento lexical provam que dentro do léxico existem certamente mecanismos que tornam também este conhecimento económico, isto é, o princípio de economia linguística é também aplicável ao léxico. É necessário então determinar como se manifesta esse princípio de economia em relação ao léxico.

Em seguida, apresentar-se-ão três mecanismos que permitem assegurar a economia ao nível do conhecimento lexical, a saber:

- eliminação da informação redundante;
- relações morfológicas entre palavras;
- extensão do poder denominativo de cada unidade lexical.

ELIMINAÇÃO DA INFORMAÇÃO REDUNDANTE

Um dos aspectos mais curiosos da componente lexical é a capacidade de ir eliminando toda a informação tida como redundante num determinado momento. Esta capacidade é particularmente visível no que respeita à gestão dos sinónimos existentes num dado momento.

É um facto conhecido que os sinónimos estritos ou perfeitos* são praticamente inexistentes nas línguas naturais. Para se explicar este facto, é frequente referir-se que, se tais pares de palavras fossem frequentes, isso significaria uma multiplicação desnecessária do número de palavras armazenadas na memória, contrariando o **princípio da economia da língua**. Assim, se num dado momento é teoricamente possível a coexistência de um par de sinónimos perfeitos no sistema, na prática, o que acontece é que a relação de sinonímia desaparecerá rapidamente.

Esse desaparecimento poderá ocorrer de um dos seguintes modos:

- um dos sinónimos sofre uma especialização semântica, deixando, assim, de ser estritamente sinónimo (ex.: *processo/dossier*);
- cada um dos membros do par passa a estar indissociavelmente ligado a um determinado registo, adquirindo marcas de uso que não lhe permitem ocorrer em enunciados em que o outro membro pode ocorrer (ex.: *parotidite* (termo técnico)/*papeira* (designação popular));
- um dos membros do par torna-se arcaico ou desaparece (ex.: *ósculo / beijo*) (Jackson (1988: 65-74)⁷).

Além disto, dado que a polissemia é uma característica comum a praticamente todas as unidades do léxico (com excepção dos termos técnicos e/ou científicos que são, pelo menos teoricamente, monossémicos) e dado que normalmente duas palavras apenas são sinónimas numa das suas acepções, podemos afirmar **que não existe sinonímia entre palavras, mas sim entre acepções de palavras**.

* Para duas palavras serem consideradas estrita ou perfeitamente sinónimas, seria necessário que, além de pertencerem à mesma categoria, em todos os possíveis contextos em que pudesse ocorrer uma delas pudesse ocorrer a outra, sem que isso alterasse o sentido global da frase ou enunciado.

RELAÇÕES MORFOLÓGICAS ENTRE PALAVRAS

As regularidades possíveis dentro do léxico são mais facilmente apreensíveis no domínio das palavras construídas* e em particular das palavras derivadas.

Neste contexto, é frequente fazer referência à produtividade e à recursividade das regras derivacionais, capazes de dar origem a longas séries de palavras, de várias categorias gramaticais, de significado relacionado e facilmente analisável porque regular. Exemplo:

nação N → nacional ADJ → internacional ADJ

internacionalizar V →

internacionalização N nacionalizar V →

nacionalização N desnacionalizar V → desnacionalização N

Mas estes mecanismos derivacionais não se limitam a construções de séries semelhantes à anterior. Efectivamente, muitas vezes o mesmo afixo, ao associar-se a uma série de bases de uma mesma categoria, mas com significados distintos, é capaz de "ler" as várias especificações semânticas das bases, construindo os significados mais adequados às várias utilizações dos derivados assim gerados**. Por outras palavras, um derivado é em geral potencialmente polissémico, devido a estas várias 'leituras', sendo as suas várias acepções, porque geradas por uma única RFP, perfeitamente regulares e, portanto, assimiladas e geridas intuitivamente, sem qualquer esforço suplementar da memória.

Tome-se como exemplo o caso do sufixo *-ada****. Este sufixo permite formar nomes denominais com significados distintos consoante as características semânticas das suas bases. Assim, se a base designa um objecto com o qual é possível desferir um golpe, a paráfrase composicional do derivado**** será "golpe/marca dado/feito com Nb*****" (ex.: *martelo* @ *martelada*; *faca* @ *facada*; *moca* @ *mocada*).

Porém, se a base denota um produto alimentar, a paráfrase composicional do derivado será "preparação feita com base em Nb" (ex.: *marisco* @ *mariscada*; *arroz* @ *arrozada*; *marmelo* @ *marmelada*).

* 'Palavra construída' é uma palavra cuja estrutura interna é complexa e cujo significado é previsível a partir dessa estrutura (Corbin (1987: 6)8). O conceito de palavra construída é extremamente funcional em morfologia, uma vez que, por englobar palavras derivadas e compostas, revela-se extremamente útil quando é necessário classificar casos problemáticos de palavras que podem situar-se, por exemplo, na fronteira entre derivação e composição, fronteira que, como é bem sabido, nem sempre é fácil de definir com rigor.

** Este postulado exige que se admita que, ao construir uma palavra derivada dentro de uma língua determinada, estamos a gerar simultaneamente a forma significante e o seu significado lexical. Esta visão é defendida pelos modelos derivacionais associativos, do tipo do modelo de Corbin (1987 e 1991)8,9. A visão dinâmica da relação entre afixo e derivado foi primeiramente documentada em Corbin, D. & P. (1991)10, Mélis-Puchulu (1991)11 e Correia (1992)12.

*** Não confundir com o sufixo flexional *-ad-* que intervém na formação dos participios verbais regulares que, frequentemente, após adjectivalização, nominalizam no masculino ou no feminino dando origem a nomes como *torrada* (< *torrado*ADJ < *torrado*PP (de *torrar*V)). Não confundir, ainda, com o sufixo *-ada* que intervém na formação de nomes deadjectivais parafraseáveis por "acção própria de Adjb", tais como *alarve* Æ*alarvada*; *burro* Æ*burrada*; *fanfarrão* Æ*fanfarronada*.

**** Entende-se por 'paráfrase composicional de um derivado' aquela que dá conta do significado que releva da sua estrutura interna.

**** "Nb" representa o nome (ou substantivo) que constitui a base do derivado.

Se a base denota objectos contáveis, o derivado será parafraseável por "(grande) conjunto de Nb", logo o derivado será um nome colectivo (ex: *osso* ® *ossada*; *mosquito* ® *mosquitada*; *alho* ® *alhada*).

Os nomes em *-ada* podem funcionar como aumentativos (ex: *chuva*® *chuvada*; *asneira* ® *asneirada*; *poeira* ® *poeirada*)*.

Finalmente, se a base denota uma entidade passível de funcionar como recipiente, o significado do derivado será "conteúdo de Nb" (ex.: *tacho* ® *tachada*; *alguidar* ® *alguidarada*; *ninho* ® *ninhada*).

Há palavras que servem de base a derivados em *-ada* que podem ter duas categorias diferentes, podendo ser nomes ou adjectivos (ex.: *chinês*, *espanhol* ou *banana*, *alarve*). Assim, derivados construídos com bases deste tipo são à partida polissémicas, apresentando à partida pelo menos dois significados**:

– *chinesada* (construído sobre *chinês*_{ADJ}): "acto próprio de chinês", sinónimo de *chinesice*; (construído sobre *chinês*_N): "grande quantidade de chineses";

– *bananada* (construído sobre *banana*_{ADJ}): "acto próprio de banana", sinónimo de *bananice*; (construído sobre *banana*_N): "o grande quantidade de bananas"***.

Como *banana*, nome contável, designa um produto alimentar, *bananada* é também parafraseável

14

por "preparação feita com base em banana" (DLP : «s. f. doce de banana»; NDLP15: «s. f. Bras. Doce feito da polpa da banana.»****).

Mas, considerando que o derivado, a partir do seu processo de derivação, adquiriu em potência todos os significados possíveis em função da base, do afixo e da RFP, novos contextos podem seleccionar novas significações para a mesma palavra *bananada*. Considere-se o seguinte contexto, perfeitamente gramatical:

(1) Os dois vendedores de fruta, zangados, começaram a bater-se: um deles dava *bananadas* no adversário."

– nesta frase, o mesmo derivado actualiza mais um dos significados possíveis produzidos no processo derivacional, a saber: "golpe desferido com Nb (*banana*)".

A partir desta análise, podemos concluir que as palavras derivadas são, em geral potencialmente polissémicas, isto é, no momento da sua construção, além do significado básico próprio da regra que as gera, estas palavras constroem outros significados potenciais resultantes das "leituras" múltiplas que o afixo em questão pode fazer da sua base. O falante, ao utilizar estes derivados, conjuga o seu conhecimento estritamente linguístico com o seu conhecimento do mundo para seleccionar, entre os múltiplos significados que essas palavras podem assumir, aquele que melhor se adequa ao contexto produzido/recebido.

*Para uma descrição exaustiva do funcionamento dos sufixos *-ad(-a)* em português, consulte-se Rio-Torto (1987)¹³.

** Do ponto de vista morfológico, elas são efectivamente homónimas, dado que são geradas por regras distintas, com bases e afixos distintos, embora formalmente idênticos. Porém, dos pontos de vista lexicológica/lexicográfico, podemos à partida classificá-las como polissémicas.

*** O símbolo "O" precedendo uma palavra ou uma paráfrase composicional significa "possível não-atestada".

**** As aspas « » indicam uma definição lexicográfica.

Os contextos linguístico e situacional desempenham, pois, um papel fundamental nesta actividade, ao eliminar, entre todas as possibilidades, as não adequadas à situação. De resto, os dados da psicolinguística parecem confirmar esta hipótese teórica: segundo os modelos de produção e de percepção de linguagem, o falante vai reduzindo as possibilidades de escolha das unidades a usar ou identificar em função do contexto em que a unidade ocorre (Aitchinson (1987: 165-189)¹⁶).

Um outro exemplo interessante é o do sufixo *-eir(o/a)*^{*}, que permite construir nomes denominais^{**}, que apresentam também significados distintos consoante as características semânticas da base, dos quais podemos destacar os que a seguir se discriminam.

Praticamente todos os nomes derivados em *-eir(o/a)* podem ser parafraseáveis por "indivíduo que exerce ofício/tem profissão relacionado(a) com Nb" (ex.: *arcabuz* @ *arcabuzeiro*; *banana* @ *bananeiro*; *peixe* @ *peixeiro*).

Esse ofício ou essa profissão podem concretizar-se sob diferentes formas consoante as características da entidade designada pela base: "cultiva Nb" (*bananeiro*); "fabrica Nb" (*arcabuzeiro*, *pasteleiro*); "confecciona com/em Nb" (*peleiro*); "arranja/conserta Nb" (*sapateiro*); "conduz Nb" (*carroceiro*); "comercializa Nb" (*retroseiro*) etc.

Porém, se a base denota uma parte de planta suficientemente relevante para que essa planta seja cultivada para sua extracção, o nome correspondente em *-eir(o/a)*, além de designar o profissional que cultiva/transporta/vende essa (parte de) planta, passa a designar a planta que produz Nb (*banana* @ *bananeira*; *cacau* @ *cacaueiro*, *kiwi* @ *kiwizeiro*^{***}). O género do derivado é determinado pelo género da base: base feminina @ derivado feminino/base masculino @ derivado masculino.

Se a base denota uma entidade passível de ser transportada em veículo especialmente concebido para o efeito, o derivado é parafraseável por "veículo próprio para transportar Nb" (ex.: *banana* @ *bananeiro*; *petróleo* @ *petroleiro*; *bacalhau* @ *bacalhoeiro*).

* Existe um outro sufixo *-eir(o/a)* ou *-(d)eir(o/a)* que permite construir adjectivos ou nomes (v. nota seguinte) deverbais (ex.: *lavar* @ *lavadeiro*; *arranjar* @ *arranjadeiro*; *descansar* @ *descansadeiro*). Resta apurar se o segmento *-d-* faz parte do sufixo ou da base; em trabalhos futuros procurar-se-á encontrar respostas para esta questão e para a formulada na nota seguinte, entre outras.

Existem ainda sufixos homónimos, dando origem a produtos isocategoriais, com valor avaliativo e quantitativo (ex.: *aguaceiro*, *berreiro*). Rio-Torto (1993: 698-702)¹⁷ para uma descrição dos vários sufixos *-eir(o/a)* em português.

** Para a relação categorial entre base e derivado no caso dos derivados com os sufixos em *-eir(o/a)*, duas hipóteses se podem colocar:

a) ou o sufixo opera sobre bases nominais formando adjectivos que logo em seguida nominalizam, por conversão (ex.: *petróleo*_N @ *petroleiro*_{ADJ} @ *petroleiro*_N; *bacalhau*_N @ *bacalhoeiro*_{ADJ} @ *bacalhoeiro*_N);

b) ou existem dois sufixos *-eir(o/a)* com comportamento muito semelhante, um deles correspondendo ao descrito em a) e o segundo gerando nomes denominais (ex.: *tocha*_N @ *tocheiro*_N; *toalha*_N @ *toalheiro*_N; *galheta*_N @ *galheteiro*_N).

Não tenho de momento resposta definitiva para esta questão, embora intuitivamente a) pareça uma proposta mais coerente e económica do ponto de vista da gramática. No decurso deste texto, porém, optarei pela proposta b), uma vez que, não sendo objectivo deste trabalho a descrição do comportamento de *-eir(o/a)*, ela se afigura neste momento mais fácil de explicitar.

Rio-Torto (no prelo)¹⁸, assumindo uma perspectiva diacrónica, propõe que *-eir(o/a)* produziu primeiramente bases adjectivais que em seguida nominalizaram, embora mais recentemente produza directamente nomes denominais.

*** O segmento *-z-* que aparece neste derivado e que é um interfixo é explicável por razões de natureza fonológica: a base é oxítónica, sendo indispensável preservar a sua forma integral sob pena de se tornar irreconhecível (cf. **kiweiro*). O segmento em causa, ao permitir a preservação do acento da base, embora como acento secundário no derivado, garante o seu reconhecimento, tornando o derivado imediatamente analisável. A inserção do segmento *-z-* não é, contudo, obrigatória, como o comprova a alternativa à forma *kiwizeiro* que é *kiwieiro* e ainda os pares *cafezeiro/cafeiro*, *cacauzeiro/ca-caueiro*. Rio-Torto (1993: 349-355)¹⁷.

Se a base denota uma entidade passível de ser guardada em recipiente ou local próprio para o efeito, o derivado pode ainda ser parafraseável por "recipiente/local próprio para guardar/armazenar Nb" (ex.: *pimenta*® *pimenteiro*; *biscoito* ® *biscoiteira*; *palha* ® *palheiro*)*.

Tal como fizemos para os derivados em *-ada*, poderemos fazer algumas experiências com derivados em *-eir(o/a)*. Tomemos o caso dos nomes *bananeir(o/a)* e *pasteleir(o/a)*. Em frases como (2) A Joana pousou a ^o*bananeira* em cima da mesa e encheu-a.

(2) A Joana pousou a ^o*pasteleira* em cima da mesa e encheu-a. Ambos os derivados podem ser parafraseáveis por "recipiente próprio para guardar Nb (*bananas/pastéis*)".

Tomemos agora uma pseudopalavra** , por exemplo, "barota". Consideremos agora os seus "derivados" em *-eir(o/a)* inseridos nas frases seguintes:

(3) O baroteiro levantou-se cedo e começou a trabalhar.

(4) Os baroteiros perderam a folha devido à geadas.

(5) O baroteiro construído nas traseiras da fábrica ardeu no domingo. Felizmente, encontrava-se vazio.

Em (3), baroteiro é parafraseável por "indivíduo que exerce actividade/tem profissão relacionada com barota" sendo barota entendido como "produto/objecto passível de estar na base de determinado ofício/profissão". Já em (4), é lido como "parte relevante de planta", designando o seu derivado a "planta que produz barotas". Em (5), baroteiro é parafraseável por "local destinado a guardar/armazenar barota(s)".

Com este 'jogo', pretendemos demonstrar como cada processo derivacional atribui múltiplos significados aos seus produtos, em função do significado da base envolvida. No caso da pseudopalavra em causa, o poder gerador de significações múltiplas do processo derivacional é ainda mais visível, dado que, não tendo a base qualquer significado, verifica-se que, ao ser associada a *-eir(o/a)* e em função dos contextos em que ocorre, ela se torna passível de assumir qualquer das significações básicas permitidas pelo sufixo e pela RFP.

EXTENSÃO DO PODER DENOMINATIVO DE CADA UNIDADE LEXICAL

Vimos até agora de que modo os mecanismos derivacionais desempenham um papel importantíssimo na contribuição do léxico para a economia dos sistemas linguísticos. Mas o princípio de economia não se aplica apenas às palavras construídas, como é por vezes assumido.

Efectivamente, também no contexto das palavras simples, é possível apreender essa economia. Efectivamente, as palavras simples acabam por contribuir para essa economia, basicamente porque uma mesma palavra é capaz de denotar entidades completamente distintas. Por outras palavras, o léxico é um sistema económico, porque as palavras são polissémicas e polirreferenciais, isto é, não existe uma relação unívoca entre uma forma significativa e um conceito (remetendo para uma entidade), mas sim uma mesma forma significativa encontra-se relacionada com vários conceitos ou denota várias entidades/ referentes.

* Ao contrário do que acontece com os nomes de plantas em *-eir(o/a)*, neste caso, o género dos substantivos parece não ser previsível, a partir, seja das características morfológicas ou semânticas da base, seja do próprio processo derivacional.

** 'Pseudopalavra' é uma sequência de sílabas que, embora não corresponda a nenhuma palavra da língua, é conforme à sua estrutura fonológica, isto é, do ponto de vista estritamente formal, poderia ser uma palavra da língua.

Praticamente todas as palavras do léxico são polissémicas (uma 'palavra polissémica' é aquela que apresenta diferentes significados ou acepções, sendo possível estabelecer um nexo semântico entre eles*) ou polirreferências (uma palavra é 'polirreferencial' quando denomina entidades de domínios de experiência distintos; ex.: *ilha*, a seguir. A polissemia e a polirreferência são, em meu entender, fenómenos distintos, embora sejam tratados indistintamente como polissemia.

A relação entre polissemia e economia linguística não é, de resto, nova. Ullmann¹⁹ estabelece-a ao afirmar: «(...) a polissemia é uma condição essencial da sua [da língua] eficiência. Se não fosse possível atribuir diversos sentidos a uma palavra, isso corresponderia a uma tremenda sobrecarga na nossa memória: teríamos que possuir termos separados para cada tema concebível sobre o qual quiséssemos falar. A polissemia é um factor inapreciável de economia e flexibilidade da língua (...)»(Ullmann(1964: 347)¹⁹)**.

Porém, a polissemia apenas é económica, porque o domínio das várias acepções de uma mesma unidade não requer da parte do falante qualquer esforço suplementar de memorização: efectivamente, o falante é capaz de apreender genericamente o significado de uma unidade lexical ao ser utilizada em contextos inesperados para denominar entidades inesperadas, ao mesmo tempo em que é capaz de denominar entidades cujo nome não conhece usando palavras que designam entidades diferentes, sem que isso provoque dificuldades de comunicação.

Tal como se estipula a existência de uma 'competência sintáctica' que permite produzir frases nunca antes produzidas e compreender frases nunca antes ouvidas, existe certamente uma 'competência semântico-denominativa'^{***} capaz de utilizar palavras já existentes para produzir denominações nunca antes produzidas e compreender denominações nunca antes ouvidas.

Tal significa que existem mecanismos mais ou menos regulares^{****} que garantem a inteligibilidade dessas denominações. Neste momento, falar-se-á apenas da metáfora e da sinédoque^{*****}.

De resto, se o conhecimento das várias acepções de uma palavra dependesse exclusivamente da memória, a economia resultante da polissemia teria um valor irrisório.

* A 'polissemia' opõe-se à 'homonímia': do ponto de vista sincrónico, diz-se que duas palavras são homónimas quando elas são idênticas do ponto de vista formal (realização fonética e ortográfica), mas apresentam significados distintos, entre os quais não é possível estabelecer qualquer nexo semântico.

** O sublinhado é da minha responsabilidade.

*** 'Competência semântico denominativa' é o termo que aqui proponho para designar esta capacidade dos falantes de qualquer língua.

**** É minha convicção que estes mecanismos são de facto bastante mais regulares do que tem sido aceite. Simplesmente, os mecanismos de denominação (a relação que existe entre a unidade lexical — provida de significado e de significante — e o referente que é denotado por ela) não têm sido suficientemente explorados no âmbito da linguística, por se considerar um domínio que escapa ao conhecimento estritamente linguístico.

***** Não é novidade falar destes mecanismos geradores de novas significações. Mais frequentemente referida do que a sinédoque é a metonímia, aqui não abordada por falta de espaço. A lexicologia e nomeadamente a neologia têm muitas vezes referido esta possibilidade de gerar novas significações para palavras já existentes — a chamada 'neologia semântica'. O que tem faltado é, tanto quanto me é dado conhecer, uma análise exaustiva e detalhada destes processos, assimilando os dados da psicologia cognitiva e da semântica cognitiva.

A METÁFORA

Consideremos uma palavra simples como *ilha* - como primeira definição, os dicionários propõem-nos a acepção da geografia: em DLP¹⁴, «(geog.) porção de terra emersa rodeada de água, nos oceanos, mares e lagos»; em NDLP¹⁵, «1. Geog. terra menos extensa que os continentes e cercada de água por todos os lados.» No entanto, *ilha* em NDLP¹⁵, apresenta ainda outras acepções: «3. Bras. Espécie de calçada, de nível mais alto do que o da rua, erguida no meio desta a fim de separar as mãos de direção e como proteção aos pedestres. 4. Bras. Marajó e parte do MA e de MT. Grupo espesso de altas árvores, em meio aos campos. 5. Bras. Constr. Nav. Em um navio-aeródromo, parte da superestrutura que se eleva acima do convés de vôo, a boreste, e onde ficam as instalações de comando e de comunicações do navio.»

Em NDCLP²⁰, para além das acepções relativas à geografia e àque denota o conjunto de árvores: «Grupo de casas isolado de outras habitações e cercado de ruas por todos os lados. || Ter. do Porto. Pátio cercado de vivendas pobres.»

– Em GDLP²¹, para além das anteriores: «Elevação de terreno, geralmente poupada durante as enchentes. || Diz-se das áreas, num cliché a traço, que não foram atacadas e corroídas pelo ácido, e as quais, depois da mordagem, são rebaixadas com a fresa.»

No entanto, para além das acepções dicionarizadas, se ouvirmos a referência a um grupo de pessoas como uma *ilha*, rapidamente nos apercebemos que se trata de um grupo de pessoas que partilham determinadas características que as tornam distintas das restantes pessoas que as rodeiam. De facto, é frequente, em particular em linguagem política e jornalística, ouvir falar em ilhas de pobreza, por exemplo.

É muito evidente que o mecanismo gerador de todas as acepções enunciadas é a metáfora* : partindo de uma entidade concreta, cujas características físicas (neste caso, forma e posição relativa de duas entidades/substâncias) se conhecem completamente, é possível denominar com a mesma palavra entidades que pertencem a domínios de referência completamente distintos.

Se atentarmos nas acepções anteriores, verifica-se que o significado estritamente linguístico da palavra *ilha* é:

"porção de X rodeada de Y por todos os lados, sendo X ¹ Y"**. .

O que distingue as diferentes acepções mais não é do que as concretizações de X e de Y. Assim, seguindo a ordem das acepções dicionarísticas apresentadas:

X = 'terra' / Y = 'água';

X = calçada / Y = rua;

X = altas árvores / Y = campos;

X = parte mais elevada / Y = superestrutura de navio-aeródromo

* A metáfora, na perspectiva aqui enunciada, consiste na designação de uma entidade A pelo nome de uma entidade B, sendo que $A \neq B$, mas ambas as entidades mantêm entre si relações de semelhança (de forma, cor, função, textura, etc.).

.. É curioso notar que DLP₁₄ e NDLP₁₅ apresentam como acepções de *ilha*, respectivamente: «(fig.) qualquer objecto completamente isolado.» (3ª acepção) e «P. ext. Aquilo que por estar isolado lembra uma ilha» (2ª acepção). Trata-se de um caso pouco frequente em que substantivos correspondem a palavras simples, para além dos seus vários usos referenciais. O dicionário nos dá o significado estritamente linguístico da palavra.

X = grupo de casas / Y = ruas

X = pátio / Y = casas pobres;

X = elevação de terreno poupada / Y = elevação de terreno não poupada (durante as enchentes);

X = área do cliché a traço não atacada pelo ácido / Y = área atacada pelo ácido.

Assim, do ponto de vista lexical e semântico, ***ilha* não é uma palavra polissémica, mas sim uma palavra polirreferencial**. Porém, do ponto de vista lexicográfico, ela é tratada como palavra polissémica: no dicionário, sob a mesma entrada, aparecerão todas as concretizações referenciais da palavra, uma vez que esse conhecimento é relevante para o consulente.

Assim, a metáfora apresenta-se como muito mais do que um recurso discursivo ou de estilo: é um mecanismo semântico que contribui decisivamente para a economia da língua.

A criação de denominações com recurso a metáforas é um mecanismo altamente disponível em qualquer língua e revela-se bastante eficaz, na medida em que permite, nomeadamente, falar de entidades sobre as quais temos um conhecimento mais vago (por serem abstractas, distantes ou não apreensíveis pelos sentidos sem recurso a aparelhagem adequada) em termos de entidades das quais temos um melhor conhecimento. Torna-se compreensível o porquê de serem muitas das palavras mais simples, mais frequentes, designando entidades concretas mais próximas do falante aquelas que são mais polissémicas ou polirreferenciais (atente-se na polissemia de palavras como *casa*, *mãe*, *olho*, *boca*, *chave*, para referir apenas algumas).

O discurso pedagógico, de resto, recorre muitas vezes a metáforas para melhor explicitar conceitos abstractos. Sem sair do domínio do ensino da linguística, atente-se nas seguintes metáforas:

- as línguas do mundo encontram-se agrupadas em **famílias**;
- o francês, o espanhol e o português são línguas **irmãs**;
- as línguas são **organismos vivos** que **nascem**, evoluem e por vezes **morrem**.

A SINÉDOQUE

A sinédoque, tal como a metáfora, é normalmente entendida apenas como um recurso estilístico. No entanto, na perspectiva que aqui se adopta, ela será entendida como um mecanismo passível de gerar novas acepções para palavras existentes que consiste em denominar uma entidade A por meio da designação de uma entidade B, sendo $A \neq B$, mas em que A e B mantêm entre si relações de contiguidade. A sinédoque provoca uma extensão da referência de A, uma vez que permite tomar o todo pela parte, o conteúdo pelo continente, o particular pelo geral* (ex.: *bóina verde* = "militar pára-queda"; *água* = "conteúdo de uma garrafa de"; *homem* = "Humanidade").

A sinédoque revela-se extremamente produtiva para a denominação de, entre outros conjuntos de entidades:

– **produtos manufacturados:** a marca de um produto passa a designar todos os produtos, dessa ou doutras marcas, que apresentam características semelhantes (ex.: *kispo* por *anoraque*);

* A metonímia, que facilmente se pode confundir com sinédoque, é um mecanismo muito semelhante, mas em que a transferência de denominação se faz em sentido contrário (permite tomar a parte pelo todo, o continente pelo conteúdo, o geral pelo particular). A bibliografia de origem anglo-saxónica não estabelece a distinção entre os dois mecanismos, designando ambos por *metonymy* (Ullmann (1964)¹⁹ e Lakoff & Johnson (1980)²²).

– **locativos:** o local onde um profissional exerce a sua actividade pode ser designado pelo nome desse profissional (ex.: *cabeleireiro*: «Estabelecimento comercial onde profissionais se dedicam, em especial, ao trato e penteado dos cabelos e secundariamente, a outros cuidados de beleza»**– NDLP¹⁵);

– **plantas:** supletivamente aos nomes em *-eir(o/a)*, muitas plantas podem ser designadas pela parte que nelas é mais relevante (ex.: *rosa*: «flor da roseira; roseira» – DLP¹⁴).

Ao contrário do que acontece com a palavra *ilha*, onde o significado da palavra não se alterou, mas apenas a sua referência, nos casos de sinédoque, agora apresentados, verifica-se uma nítida alteração de significado, que pode ser constatada através de perífrases definidoras:

cabeleireiro – "indivíduo cuja profissão consiste no corte e arranjo dos cabelos" / "local onde trabalha o cabeleireiro";

rosa – "flor da planta 'roseira'" / "planta cuja flor é a rosa".

A polissemia destas palavras é, assim, inquestionável*.

Se passarmos do domínio da língua oral portuguesa para o da língua gestual, verificamos que a sinédoque desempenha um papel muito importante na construção do significado dos gestos.

Assim, em relação à "etimologia" de alguns gestos 'icónicos**', encontram-se muitos exemplos de gestos que estão relacionados com uma parte do todo que representam, o que leva alguns autores a designar estes gestos por 'translúcidos' (Amaral *et alii* (1994: 46)²⁴)***.

Em Ferreira (1992)²⁵ encontramos alguns exemplos interessantes de gestos deste tipo, como os seguintes:

chaminé – «evoca o acto do fumo a sair»;

camisa – «relacionado com o desenho de colarinho da camisa»;

sarampo – «relacionado com a existência de muitos pontos vermelhos».

* A língua permitiria formar, por derivação, o locativo */*cabeleiraria* (à semelhança de *barbeiro/barbearia*). Neste caso, porém, o locativo é formado claramente por sinédoque, o que pode ficar a dever-se a razões de natureza morfológica: parece haver incompatibilidade entre os sufixos *-eir(o/a)* e *-aria*. Dito de outro modo, quando o sufixo *-aria* se junta a uma base em *-eiro* significando 'nome de profissional', ele apaga o sufixo *-eiro*. Consultando Andrade (1993)²³, verifica-se que *marinheiraria* é a única forma onde coexistem ambos os sufixos (atente-se na terminação *-eir/aria*), tratando-se de uma palavra que dificilmente se usará em português padrão (é francamente preferível a forma *marinharia*). No caso de */*cabeleiraria*, *-aria* poderia apagar um dos sufixos *-eir(o/a)* (cf. *cabeleira* que é a base de *cabeleireiro*. [[[cabel]N (eir) suf]N (eir) suf]N, mas não ambos.

Assim, sendo o processo morfológico de formação do locativo interdito, recorre-se a outro processo disponível, a sinédoque.

** 'Gestos icónicos' «São gestos que apresentam alguns elementos de semelhança com a realidade representada» (Amaral *et alii* (1994: 45)²⁴)

*** A partir dos exemplos apresentados não é legítimo inferir-se que, nos casos de metáfora as palavras se tornam **sempre** polirreferenciais e, no caso de sinédoque, **sempre** polissémicas. Poderá haver palavras com várias acepções geradas por metáfora que sejam polissémicas e vice-versa — este assunto merece uma análise mais apurada com recurso a muitos mais exemplos destas formações, que não foi possível realizar neste momento.

Porém, mais interessante do que verificar o recurso a sinédoques no caso dos gestos icónicos translúcidos, será verificar se um gesto pode ser polissémico e se a sinédoque (ou a metáfora, ou a metonímia) é um recurso que permite explicar a relação entre essas várias acepções. Infelizmente, Ferreira (1992)²⁵ não nos fornece informações claras sobre esta questão, uma vez que opta por uma descrição monossémica dos gestos. No entanto, é de prever que, dado que a língua gestual é uma língua natural que apenas se distingue das línguas orais por ser visuo-motora, dado que partilha de todas as características gerais da linguagem enunciadas em 1., é natural que também ela seja um sistema económico e que, portanto, os seus gestos/palavras sejam polissémicos, isto é, que o seu léxico se reja por princípios economizantes.

CONCLUSÕES

Com este trabalho, pretendeu-se mostrar de que modo a organização interna e o modo de armazenamento da informação lexical contribuem também, a seu modo, para promover a economia das línguas naturais. Para além dos mecanismos apresentados, outros poderiam ter sido mencionados, tais como a conversão e a metonímia. O objectivo não era, porém, fazer uma descrição exaustiva desses mecanismos, mas sobretudo retomar idéias anteriormente expressas (Martinet (1963)¹ e Ullmann (1964)¹⁹) e revê-las à luz de novas contribuições, da morfologia lexical, da psicolinguística e da semântica cognitiva.

Mostrou-se como a extensão denominativa das palavras pode originar casos de polissemia e de polirreferência, verificando-se que estes conceitos devem ser alvo de distinção explícita, ao contrário do que tem sido a prática corrente em lexicologia. Propôs-se a existência de uma 'competência semântico-denominativa' capaz de gerar e de gerir as múltiplas significações de uma mesma palavra, defendendo-se implicitamente que o estudo da semântica lexical não pode quedar-se no domínio do dito 'conhecimento estritamente linguístico', mas deve ter em conta também o modo como conceptualizamos o mundo que nos rodeia e o modo como gerimos esse conhecimento.

Finalmente, verificou-se que um dos mecanismos que estruturam a polissemia e a polirreferência na língua oral portuguesa, a sinédoque, verifica-se também na língua gestual portuguesa, podendo depreender-se deste facto que os vários mecanismos de gestão e geração de significado lexical apresentados poderão ter a sua correspondente na língua gestual portuguesa, bem como noutras línguas gestuais, embora a gramática desta não seja ainda suficientemente conhecida para se chegar a conclusões definitivas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. MARTINET, A. (1963). *Elements de Linguistique Générale*. Paris: Lib. Armand Colin [trad. port. *Elementos de Linguística Geral*, 9ª ed.. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora, 1978].
2. MILLER, G. A. (1991). *The Science of Words*. Nova Iorque: Scientific American Library.
3. SMITH, N. & D. WILSON (1979). *Modern Linguistics - The Results of Chomsky's Revolution*. Harmondsworth: Penguin Books.
4. CHOMSKY, N. (1965). *Aspects of the Theory of Syntax*. Cambridge, Mass.: MIT Press [trad. port. *Aspectos da Teoria da Sintaxe*, 2ª ed.. Coimbra: Arménio Amado Editor - Sucessor, 1978].
5. RADFORD, A. (1988). *Transformational Grammar - A First Course*. Cambridge: Cambridge University Press.
6. CORREIA, M. (no prelo). «Bases digitais lexicais na União Europeia». Comunicação apresentada ao *Simpósio de Lexicologia, Lexicografia e Terminologia*, UNESP - Araraquara, Out. / 1994.
7. JACKSON, H. (1988). *Words and their Meaning*. Londres e Nova Iorque: Longman.
8. CORBIN, D. (1987). *Morphologie dérivationnelle et structuration du lexique*. 2 vols. Tübingen: Max Niemeyer Verlag [2ª ed. Villeneuve d'Ascq: Presses Universitaires de Lille, 1991].
9. CORBIN, D. (1991). «Introduction - La formation des mots: structures et interprétations». In: *Lexique 10*. Villeneuve d'Ascq: Presses Universitaires de Lille, 7-30.
10. CORBIN, D. & P. (1991). «Un traitement unifié du suffixe *-ier(e)*». In: *Lexique 10*. Villeneuve d'Ascq: Presses Universitaires de Lille, 61-145.
11. MÉLIS-PUCHULU, A. (1991). «Les adjectifs dénominaux: des adjectifs de "relation"». In: *Lexique 10*. Villeneuve d'Ascq: Presses Universitaires de Lille, 33-60.
12. CORREIA, M. (1992). *A formação dos adjectivos em anti- em português*. Dissertação de Mestrado. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, inédito.
13. RIO-TORTO, G. M. (1987). «Morfologia das palavras construídas em *-ad(-a)*». In: *Biblos*, Vol. LXIII, 97-178.
14. COSTA, J. A. & A. S. MELO (1994). *Dicionário da Língua Portuguesa*, 7ª edição revista e ampliada. Porto: Porto Editora. [DLP]
15. FERREIRA, A. B. H. (1986). *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*, 2ª ed. revista e aumentada. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira [NDLP]

16. AITCHINSON, J. (1987). *Words in the Mind*. Cambridge, Mass. e Oxford, U.K.: Blackwell Publishers.
17. RIO-TORTO, G. M. (1993). *Formação de palavras em português - Aspectos da construção de avaliativos*. Dissertação de Doutoramento. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, inédito.
18. RIO-TORTO, G. M. (no prelo), «Processos e paradigmas de formação de palavras em português». In: *Actas do I Congresso Internacional sobre o Português*. Lisboa: Associação Portuguesa de Linguística.
19. ULLMANN, S. (1964). *Semantics*. Oxford: Basil Blackwell [tr. port. *Semântica*, 4ª ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1977].
20. SILVA, A. Morais (1961). *Novo Dicionário Compacto da Língua Portuguesa*, 6ª ed. Porto: Horizonte / Confluência, 1990, 5 vols. [NDCLP]
21. MACHADO, J. P. (1981). *Grande Dicionário da Língua Portuguesa*. Lisboa: Amigos do Livro Editores, 12 vols. [GDLP]
22. LAKOFF, G. & M. JOHNSON (1980). *Metaphors We Live By*. Chicago: The University of Chicago Press.
23. ANDRADE, E. (1993). *Dicionário Inverso do Português*. Lisboa: Edições Cosmos.
24. AMARAL, M. A., A. COUTINHO & M. R. DELGADO-MARTINS (1994). *Para uma Gramática da Língua Gestual Portuguesa*. Lisboa: Caminho.
25. FERREIRA, A. V. (coord.) (1992). *Gestuário*. Lisboa: DGEBS / SNR.

The role of lexicon in the economy of language

Abstract

Economy is often referred as one of the basic principles of natural languages. However economy is generally associated to the phonologic and syntactic components of linguistic knowledge. Lexicon is often seen as a list of the words of a language associated to their idiosyncratic properties; this definition seems to contradict the principle of economy.

Yet, lexicon has also some mechanisms which allow natural languages to become communication systems extremely economic. Some of these mechanisms will be summarily presented, namely the elimination of redundant information, the morphologic relations between words and the enlargement of the denoting power of each lexical item. The idea that polysemy, as well as polyreference, plays a decisive role on the economy of the lexicon shall be sustained, and the difference between the two concepts shall be explained. The way this role is played shall be illustrated with examples taken from Portuguese language as well as from Portuguese Sign Language.

Keywords

Lexicon; Language saving; Word formation; Management and generation mechanisms for lexical meaning.

Margarita Correia

Mestre em Linguística Portuguesa Descritiva (Universidade de Lisboa, 1992). Assistente da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Consultora linguística do Instituto de Linguística Teórica e Computacional — Lisboa. Membro associado do SILEX (Syntaxe, Interprétation et Lexique — URA 382 CNRS) — Lille